



***PRECISAMOS VERDADEIRAMENTE DE UM VERDADEIRO SEXO? O
DOMÍNIO ÉTICO (SER-CONSIGO) NO DOCUMENTÁRIO “LAERTE-SE”***

***¿REALMENTE NECESITAMOS UN VERDADERO SEXO? EL ÁMBITO
ÉTICO (CUIDADO DE SÍ) EN LA PELÍCULA “LAERTE-SE”***

***DO WE REALLY NEED A REAL SEX? THE ETHICAL DOMAIN (CARE
OF ITSELF) IN THE DOCUMENTARY “LAERTE-SE”***

Adalberto Ferdnando Inocêncio¹

Fabiana Aparecida de Carvalho²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise do documentário “Laerte-se” a partir da problematização da necessidade de um sexo verdadeiro e de modos de afirmação da identidade transgênera da cartunista Laerte Coutinho. Para tal, com base em teorizações foucaultianas e feministas, discute-se: a) o verdadeiro sexo como tática de governamento; b) as disputas narrativas; e, c) o domínio ético da transgeneridade na vida como obra de arte em “Laerte-se”. Espera-se, com a discussão, visibilizar a existência das pessoas trans e a vida da cartunista a partir de seu processo de construção de uma nova feminilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Travestilidade. Transgeneridade. Gênero. Sexualidade.

RESUMEN

Presentamos un análisis de la película brasileña "Laerte-se" a partir de la problematización de la necesidad de un sexo verdadero y de los modos de afirmación de la identidad transgénero de la diseñadora Laerte Coutinho. Para esto, a partir de las teorizaciones foucaultianas y feministas, discutimos: a) el verdadero sexo como táctica de gobierno; b) las disputas narrativas; y c) el dominio ético de la transgeneridad en la vida como obra de arte en la película "Laerte-se". Se espera, con la discusión,

¹ Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Departamento de Pedagogia, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Cianorte, Paraná, Brasil.

² Doutora em Educação para a Ciência e a Matemática. Departamento de Biologia, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil.

visibilizar la existencia de las personas trans y la vida de la diseñadora desde su proceso de construcción de una nueva feminilidade para sí misma.

PALABRAS-CLAVE: Travestilidade. Transgeneridade. Género. Sexualidade.

ABSTRACT

It's presented an analysis of the documentary "Laerte-se" from the problematization of the necessity of a real gender and of affirmation modes of the transgender identity by cartoonist Laerte Coutinho. For such, based on foucauldian and feminist theorization, it's discussed: a) the real gender as a behaviour conduction; b) narrative disputes; and, c) and the ethical domain of transgenderness in life as a work of art in "Laerte-se". It is expected, with the debate, highlight the existance of trans people and the cartoonist's life from her construction process of a new femininity for herself.

KEYWORDS: Travestyness. Transgenderness. Gender. Sexuality.

* * *

Introdução

O documentário "Laerte-se" (2017) cartografa o cotidiano da cartunista brasileira Laerte Coutinho e sua aceitação como mulher, retratando alguns aspectos de sua vida pessoal e profissional, com foco nas percepções acerca de sua transição de gênero publicizada no ano de 2010. A produção foi dirigida pela diretora e roteirista Lygia Barbosa da Silva e pela jornalista Eliane Brum, mulheres cisgêneras que assinam um filme híbrido de realidade e ficção, em tom de entrevista, com colagem de histórias em quadrinhos, charges mescladas às cenas da vida pessoal de Laerte e às problematizações políticas do sistema sexo-gênero encorpadas na voz da protagonista e em sua experimentação (trans)generificada.

A proposta da narrativa é mobilizar discursos, questionamentos e práticas sobre corpo, sexualidade e gênero e conduzir os sentidos das pessoas espectadoras para a compreensão de como a obra encena e problematiza esses elementos na vida de Laerte que, por cerca de 60 anos, foi identificada com o gênero masculino e, após a vivência de três filhos, três casamentos, a perda de um de seus filhos, questionamentos sobre masculinidades e feminilidades, negociações com seu corpo e sua afetividade sexual, passa a se apresentar à sociedade como mulher, identidade ora referida como travesti, ora como transexual na trama.

Nesse contexto, a materialidade fílmica fornece elementos para pensar a transição de gênero como imanente às práticas corporais. Os artefatos midiáticos como filmes, músicas, propagandas, animações, etc., possuem um potencial pedagógico cultural para produzir narrativas acerca de como somos/estamos no mundo, além de contribuírem para

pensarmos a respeito dos significados das relações de poder, das construções de verdades, dos processos identitários e das subjetividades quando tais questões são problematizadas (ANDRADE; COSTA, 2015).

No ocidente, entretanto, as práticas corporais, ainda que vinculadas pelas mídias, ancoram-se e entremeiam-se a uma vontade de saber, orientada secularmente na obstinação de “arrancar a verdade do sexo [...] em uma sociedade do sexo que fala” (FOUCAULT, 2014a, p. 3).

Embora não necessariamente desempenhando uma prática de confissão proveniente da pastoral cristã, por meio da qual a pessoa que se narra o faz por um mecanismo de culpa atrelado à purificação da alma, Laerte faz circular ditos que caracterizam sua transição de gênero e sua transformação corporal numa relação ética consigo mesma e que desloca questionamentos sobre o mundo heteronormativo, ou seja, um sistema de crenças baseado na hierarquia de sexualidades, “que coloca a heterossexualidade em um nível superior, [...] e o resto das formas de sexualidade como [...] incompletas, acidentais, perversas, e no pior, como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização” (BORRILLO, 2001, p. 32).

Compreendemos que a materialidade do documentário não pode ser analisada de forma isolada de regularidades discursivas mais amplas, da heteronormatividade³ e de questões que ditam os comportamentos sexuais como objetos de saber (FOUCAULT, 2014b). Desse modo, consideramos que as respostas de Laerte às perguntas da entrevistadora Eliane Brum, a colagem de elementos gráficos e cenas cotidianas, bem como os enunciados emitidos espontaneamente contribuem para o debate sobre o que se entende por identidade de gênero, transgeneridade e travestilidade na contemporaneidade.

Em linhas gerais, o gênero é compreendido como uma série de constructos sociais em concordância ou em oposição às diferenças sexuais binárias, lidas pela biologia ou pela natureza dos sexos (macho-fêmea; masculino-feminino). As teorizações feministas e a militância LGBTQ+ expandiram essa categorização tomando o gênero como uma ferramenta analítica das desigualdades sociais estruturantes e como um modo de produzir conhecimento sobre os corpos e os modos de construir feminilidades, masculinidades e transgeneridades, sobre as vivências afetivo sexuais e questões relativas à militância de mulheres e de grupos LGBTQ+, dentre elas as violências de gênero, os sexismos, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais.

³ Mesmo que no sentido de rompimento com o sistema-mundo heteronormativo.

Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2013), a identidade de gênero pode ser entendida como uma atitude individual frente a tais constructos, ou seja, a percepção da pessoa quanto à sua identificação como mulher ou homem, sua integração a um grupo social específico, seu sistema de crenças, sentimentos e sua produção de subjetividades em relação ao gênero com o qual se identifica. No âmbito de suas identificações, as pessoas podem se reconhecer como cisgêneras, isto é, identificam-se com o gênero lhes atribuído ao nascimento, ou transgêneras, quer dizer, pessoas que não se identificam com a designação dada ao nascimento ou não se consideram contempladas pelos binarismos sexo/gênero. Nessa dimensão trans, cabe apresentar o reconhecimento identitário de transexuais e travestis e/ou a funcionalidade momentânea e transitória de *crossdresseres*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas, além de outras configurações que não decorrem de aspectos identitários e das reivindicações sociais, culturais e subjetivas no reconhecimento como mulher ou homem (JESUS, 2012).

De toda sorte, sujeitos de práticas e discursos – cis e trans – estão imersos na centralidade de um campo de disputas entre táticas de objetivação/subjetivação e práticas de liberdades para as vivências de suas expressões generificadas, ou seja, todas nós lidamos com tecnologias de controle e potências éticas para negociarmos com as instituições sociais que desempenham um papel significativo na ordem ou na subversão dos gêneros.

Essa negociação, a nosso ver, pode ser destacada da trama fílmica de “Laerte-se”, pois o enredo evidencia um movimento de vaivém, intercalando cisões de subversão nas quais a cartunista parece libertar-se das amarras normativas referentes ao sistema sexo/gênero, mas, também, contextos nos quais ela é novamente recapturada pelas mesmas normativas, pois, muitas vezes, “[...] nós não somos capazes de visualizar um corpo fora de um sistema de representação sexual heterocentrado” (PRECIADO, 2014, p. 136).

Vale dizer que, na analítica foucaultiana, tanto texto como imagem são discursos e dizem respeito a uma prática social (FOUCAULT, 2013a), ou seja, o discurso não é apenas um elemento restrito à representação do mundo por meio da linguagem, mas, sim, uma prática no sentido d’ele produzir relações, como também uma ordem “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos” (FOUCAULT, 2012, p. 08). Logo, a produção discursiva é imanente aos interesses daquelas que a produzem e a fazem circular na economia política de uma dada sociedade.

Para compor a análise do documentário, apresentamos este texto organizado em três seções, a saber: a) O verdadeiro sexo como tática de governo ou das tentativas bio-médico-jurídicas de castrar a trans-vida, na qual contextualizamos o primado dos discursos biológicos, médicos e jurídicos na normatização dos corpos diferentes; b) As disputas narrativas em “Laerte-se”, em que discutimos as negociações com as compreensões biológicas, medicalizadas, judicializadas e com a matriz heterocentrada na composição de um corpo que transgride; e, c) A vida como obra de arte em “Laerte-se”, em que destacamos as práticas de conduta ética (ser-consigo) pensadas pela cartunista enquanto se torna/descreve mulher, visibilizando uma estética de existência trans e práticas afirmativas da diferença.

A adoção de nosso referencial teórico, ancorado em teorizações foucaultianas e feministas, justifica-se pelo modo como Laerte dialoga e contesta o dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 2014b) e a matriz compulsória sexo/gênero/desejo (BUTLER, 2016), algumas vezes reiterando signos de feminilidade e outras confrontando-os numa perspectiva da crítica contrassexual (PRECIADO, 2014), que evidencia o caráter ficcional, logo, também precário e desmontável da construção dos gêneros (BUTLER, 2016).

Lembramos que a materialidade fílmica aciona modos de interpretar o mundo, mas também as emoções, o que pode ser um convite para que as pessoas leitoras repensem as cristalizações e as transgressões dos corpos, inclusive, em leituras pedagógicas do documentário, com a possibilidade de serem capturadas, empaticamente, junto a maneiras diferenciadas de construção de nossas identidades e modos de ser/estar generificados no mundo.

O verdadeiro sexo como tática de governo ou das tentativas bio-médico-jurídicas de castrar a trans-vida

Cada época congrega discursos e enunciados que tiveram condições de se propagar como verdades e como acontecimentos sociais; no caso dos corpos, gêneros e sexualidades, tais discursos tornaram-se dispositivos, mecanismos heterogêneos de controle e criação de condutas, normas, regras, operações de vigilância, disciplinamento e subjetivação em relação às verdades inventadas nas sociedades ocidentais. Na lógica do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2014b), vem de longe a fixação de nossas sociedades em torno de um discurso de sexo/gênero verdadeiro.

A modernidade traçou uma correspondência rigorosa e coincidente entre o sexo anatômico, o sexo jurídico e o sexo social (a biologia dos corpos, o direito natural, a família nuclear) para nos enquadrar ou nos criar como efeitos de um sexo bem-educado. Antes do século XVIII, no entanto, havia uma margem de mobilidade para as vivências sexo/gendradas diferenciadas das normas atuais (FOUCAULT, 2014c), rompida, posteriormente, com a implantação de uma nova regularidade discursiva, na qual cada pessoa e o corpo populacional deve descobrir-se, assumir-se e enquadrar-se no verdadeiro sexo (em termos de desejo: o heterossexuado; no que concerne às relações humanas: o conjugal; em termos de produção: o procriativo). Essa tática biopolítica de poder (governo do corpo individual e populacional) capturou as sexualidades como um problema de Estado e com base na lógica de produtividade econômica da vida, de modo que adequou os corpos, as sexualidades e os gêneros à conjugabilidade, à família e à diferença sexual inata para mulheres e homens.

Segundo Judith Butler (2016), a biopolítica operante desde o Século XVIII caracterizou uma série de institucionalizações nas quais os corpos passaram a ser lidos por uma matriz interpretativa linear das categorias sexo/gênero/desejo. Nessa matriz, desejo pressupõe gênero, gênero pressupõe sexo e há uma fabricação binária do corpo ao se definir o que se entende por “corpo masculino” ou “corpo feminino”. Na mesma linha de raciocínio, Guacira Louro aponta que o perigo da coincidência sexo/gênero/desejo está no fato de a nomeação do corpo acontecer:

[...] no interior de uma lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário”. Mas não finda aí, uma vez que “[...] esse ‘dado’ sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista” (LOURO, 2018, p. 15).

Logo, a ordem prevista na institucionalização do Estado-nação e das demais instituições (família nuclear, casamento e monogamia, como forma compulsória da expressão do desejo) teve direcionamento fundamental na designação dos papéis e identidades de gênero no ocidente, biologizando os corpos e compreendendo as masculinidades, as feminilidades e as transgeneridades, ou identificações não binárias, a partir da chave do determinismo biológico e da adequação ou readequação a uma suposta natureza primeira, perfeita ou de ordem divina.

Na contramão das vertentes que teorizam que o sexo é um componente biológico, imutável e a-histórico, Butler (2016), afirmando a performatividade dos gêneros, critica

essa formulação e a invenção da heterossexualidade como pedra angular para as demais categorizações, dimensões da vida e do desejo. Para a autora, é antes a afirmação “é homem”, ou “é mulher”, que inaugura um processo de masculinização ou feminização com o qual o sujeito se compromete, ou seja, a construção dos corpos, gêneros e sexualidades ocorre por meio de várias aprendizagens culturais e sociais enunciadas, primeiramente, pela linguagem e pelos discursos que indicam como as pessoas devem ser desde o nascimento.

Para discutir a correspondência histórica e o dualismo linearmente disposto entre sexo anatômico, sexo jurídico e sexo social, Foucault (2017) reuniu uma série de arquivos da literatura médica e uma coletânea de novelas de Panizza, circulantes na França do século XIX, sobre o caso Herculine Barbin (Alexina Barbin). Herculine foi uma pessoa intersexo (Foucault usa o termo hermafrodita) que ganhou notoriedade justamente por desafiar o estatuto dos saberes da medicina e da justiça de sua época.

Foucault (2017) assinala que enquanto a figura da travesti “assombrou” o século XVIII, o século seguinte colocou em notoriedade a figura da hermafrodita. Por isso, a corporeidade de Herculine ganhou evidência em um regime de visibilidade marcado pelas teorias biológicas da sexualidade, em vigor a partir do século XVII, postulantes da recusa da ideia de uma mistura dos dois sexos/gêneros em um só corpo. A suposta ambivalência dos sexos em um mesmo corpo foi/é lida como “ruído” nas táticas de governo dos corpos postas em circulação pelos Estados e instituições que dele se valem.

Sobre as corporeidades intersexos ou hermafroditas, definitivamente, não se tratava de saber qual dos sexos expressados pela genitália prevalecia sobre o outro, mas, sim, de decifrar qual era o verdadeiro sexo escondido sob o aparentemente confuso sistema de genitalização de corporeidades. Para sanar esse “problema”, um rol de saberes (médicos, biológicos, jurídicos, religiosos, pedagógicos) passou a ser autorizado na designação da identidade sexual primeira (o verdadeiro sexo). Um corpo sem o sexo verdadeiro é considerado monstruoso e necessita, conforme a lógica da norma, ser readequado, pois os órgãos sexuais não são somente órgãos reprodutores para a perpetuação da espécie, mas, sobretudo, são “órgãos produtores da coerência do corpo como predominante humano” (PRECIADO, 2014, p. 131).

A corporeidade de Herculine Barbin representou uma ameaça à matriz de leitura binária do sistema genital, pois, nesse caso, não existia o verdadeiro sexo. Por caracterizar-se como um desvio da linearidade sexo/gênero/desejo, o corpo de Herculine foi perscrutado por uma série de técnicas, em virtude da obstinação de responder se seu

sexo estava oculto por alguma anomalia anatômica. Do ponto de vista da medicina, “[...] o médico terá que, de alguma maneira, despir as anatomias enganadoras e reencontrar, por trás dos órgãos que podiam ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro” (FOUCAULT, 2017, p. 82). E, juridicamente falando, a pergunta era: como enquadrar uma pessoa a cujo corpo não corresponde o nome? Portanto, do ponto de vista do direito, o hermafroditismo “implicava o desaparecimento da livre escolha”, de modo que “[...] não cabe mais ao indivíduo decidir o sexo ao qual ele deseja pertencer jurídica ou socialmente, mas sim ao perito dizer que sexo a natureza escolheu para ele [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 83).

De acordo com essa visão normativa, somente as tecnologias médicas (linguística, cirúrgica ou hormonal) e jurídicas (leis, estatutos, registros, nomes) podem reintegrar os órgãos à ordem da percepção, fazendo-os corresponder (como masculinos ou femininos) à verdade do ver e do dizer, de maneira que mostrem, no lugar de esconder com malignidade, a verdade do sexo (PRECIADO, 2014). Por essa lógica biopolítica, é como se, entre o primeiro nível institucional de atribuição sexual (médico, jurídico, familiar) e a ordem sócio anatômica produzida por tal nível, houvesse a necessidade de criar uma mesa de operações intermediária, a fim de regular o recorte dos casos problemáticos, atípicos e anormais. Dito de outra maneira, trata-se de apagar os corpos questionadores da ordem heterossexual e cisgênera.

Nesse viés, os homens trans (pessoas que foram determinadas mulheres ao nascerem, a partir do fato biológico de possuírem vagina, mas que se reconhecem socialmente como homens), as mulheres trans e as travestis (pessoas que foram determinadas homens no nascimento, a partir do fato biológico de terem nascido com um pênis, mas se reconhecem socialmente como mulheres) e as pessoas intersexos (pessoas cuja determinação é perscrutada pelos dispositivos médicos e jurídicos na tentativa de manter o sucesso reprodutivo ou a perspectiva heterossexual do corpo, mas podem se reconhecer como cisgêneras, transgêneras ou não binárias) são tratadas como disfóricas⁴, fetichistas, problemáticas, desviantes do sexo bem-comportado, enfim uma ameaça ao tecido social.

⁴ Embora a transexualidade não seja mais considerada transtorno mental, desde as decisões da Assembleia Mundial da Saúde da Organização das Nações Unidas (ONU), que projetou essa condição em termos relacionais de saúde, incongruência de gênero e bem-estar da população transexual, transgênera e travesti, cada país do mundo tem até 2022 para se adequar à nova proposição, esbarrando em entraves jurídicos, patologização das perspectivas trans e tentativas de regulação da sexualidade por grupos conservadores, extremistas religiosos e militantes contrários aos direitos sexuais das pessoas trans. Em tempo, o termo incongruência de gênero é criticado pela militância trans.

Invertida. Travesti. Intersexual. Transexual. Transgênera. Diferente. Paul Preciado (2014) nos lembra que esses nomes (e vidas) abalam e se correlacionam à arrogância discursiva heterocentrada sobre a qual as instituições médicas, jurídicas e educativas se assentaram, criaram discursos, normas, modos de contatos ou de segregação junto a essas pessoas. Foucault (2013b) chamaria de violência ética a chancela das instituições sobre as existências trans. Entretanto, “a visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem mais do que os outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades” (LOURO, 2018, p. 22).

Especificamente, é devido a esse deslocamento da verdade do sexo enunciado nos corpos diferenciados que as instituições se voltam à regulação, à normatização sexo/gênerada e à produção de um discurso de pânico moral ou de correção, pois essas existências sugerem possibilidades de proliferação e multiplicação de outras formas de corpos, gêneros e sexualidades; formas mais livres, quiçá... Formas desafiantes da heteronorma e construtoras de outros modos de ser, nas quais o binarismo se desarticula, perde sentido e cede espaço para experimentações performativas com os signos de feminilidade, de masculinidade e de outriedade.

É imprescindível reconhecer que as instituições sociais sofreram grandes mudanças desde o século XVIII até a segunda década do século XXI. Na atualidade, muitos países não delegam apenas ao sistema médico-jurídico a escolha do sexo, mas consideram o desejo e o constructo sociocultural da identidade de gênero, além de ponderar que o corpo pode se configurar como “uma paisagem aberta na qual um órgão pode dar lugar a qualquer outro” (PRECIADO, 2014, p. 61). No âmbito legislativo, leis e apoios à “redesignação sexual” e ao reconhecimento do nome social de pessoas trans são resultados das militâncias transgêneras, transexuais e travestis que também pressionaram governos progressistas a revisarem parte do sistema médico-jurídico acerca das limitações cristalizadas e impostas pelo sistema sexo-gênero e pela heteronormatividade.

No Brasil, de acordo com jurisprudência destacada pelo Supremo Tribunal Federal,

O direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero. A identidade de gênero é manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la. A pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade dispõe do direito fundamental subjetivo à

alteração do pre-nome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade (BRASIL, 2020, p. 42).

Apesar dos avanços médico-juristas, a associação da genitalidade com a identificação do gênero pessoal não é uma institucionalização totalmente superada, principalmente no Brasil. A própria noção de “redesignação” sexual, garantida na forma de lei, continua associando linearmente as categorias sexo/gênero/desejo nos processos de reconhecimento corporal e afetivo das pessoas trans. Discursivamente, é como se a materialidade corporal tivesse sempre que se dobrar a uma coerência sexo/gendrada, de forma que não podemos afirmar que a violência ética das instituições, dos discursos e da sociedade tenham perdido a força. Ou seja, os avanços dos saberes sobre o sexo considerados aceitos não dissiparam completamente a ideia de um sexo verdadeiro, antes, flexibilizaram suas bases, pois sexualidade, afetividade e gênero são coextensivos ao poder e não estão livres dele (BUTLER, 2016).

Nesse aspecto, tanto a heterossexualidade, a cisgeneridade quanto a transgeneridade são produzidas dentro das correlações de força do poder. Isto não quer dizer, entretanto, que os signos e as performatividades de masculinidades e feminilidades estejam sendo reproduzidos de forma acrítica, não contestadas ou não negociadas.

São justamente a contestação e a negociação que fazem de Laerte Coutinho uma mulher em processo, um tornar-se mulher. Suas problematizações e negociações transbordam a tela, a todo momento, na materialidade fílmica do documentário, mesmo quando os enunciados desse corpo mulher vão ao encontro dos saberes científicos médico-jurídicos ou, por outro lado, fogem, escapam, tensionam na prática discursiva do constante se refazer, especialmente, quando Laerte nos apresenta outras possibilidades de “mulheridade”, conforme destacamos nos fragmentos fílmicos capturados para compor a próxima seção.

As disputas narrativas/discursivas em “Laerte-se”

Como a cartunista coloca à prova e questiona os discursos institucionalizados acerca de sua materialidade corporal no documentário “Laerte-se”? A todo momento, é

como se Laerte, com seu corpo, suas dúvidas, sua voz e sua performatividade travesti, evidenciasse a questão: “Quem tem o direito de dizer o que eu sou”?

Buscando dar conta de marcadores institucionalizados e das negociações procedidas pela protagonista, selecionamos para nossa análise enunciados ou fragmentos referentes: a) à biologização dos corpos (a problematização da genitalidade como operadora do elemento identitário; b) à medicalização dos corpos; e c) à judicialização dos corpos.

O documentário inicia-se situando o momento no qual a transição corporal/identitária da artista veio a público, manifesto pelo enunciado “travesti”. Para datar a resposta dada à entrevistadora, Laerte declara: “Até ali, a publicação na revista *Bravo!*, quando a coisa veio a público, eu estava satisfeita. Mantendo a minha vida clandestina. Mais conformada do que satisfeita, né?” (BRUM; SILVA, 2017, 6min49s - 7min02s). Essa fala funciona como um disparador para a cartunista narrar as vivências de sua sexualidade na infância, na adolescência e na vida profissional, mas, também, como uma tática de exposição do corpo-gênero desviante, de sua incompatibilidade com um sistema normativo no domínio comum da vida cotidiana; corpo-gênero sufocado pela clandestinidade, por táticas de sobrevivência, de aceitação, entradas e saídas do armário, negociações.

Como espectadoras, percebemos que, nesse momento, inicia-se uma espécie de introspecção ou confissão desdobrada numa digressão genealógica a fim de lançar luz a alguns acontecimentos da vida de Laerte. Boa parte dessa digressão tem uma gama autoexplicativa acerca de sua relação familiar com o pai (destacado como austero, rigoroso, rígido com as normas sexuais e condutas dos filhos) e a mãe (o exemplo de feminilidade primeira) e, a posteriori, com seu filho morto em um acidente de carro. Essa rememoração, conforme Laerte explica, serve para justificar ora sua opção por um convívio social mais restrito, ora seu processo de transgenerificação e de adoção de uma identidade feminina.

A figura materna é destacada como emblema feminino e também pelo modo como a mãe de Laerte reagiu e lidou com a declaração de sua transexualidade: a aceitação, desde que, de alguma camada escondida do corpo, saltasse a verdade do sexo.

Do desdobramento narrativo, vale colocar em evidência o discurso biologicista manifesto pela mãe e anunciado por Laerte da seguinte forma: “Ela é uma bióloga. A concepção de vida que ela tem é da biologia ditando a lógica. Então, ela, acho que não entende muito o modo como eu vejo ou como a questão de gênero é vista hoje. Ela entende

assim, tá, ok, a pessoa se sente isso, mas não é de verdade” (BRUM; SILVA, 2017, 8min17s - 8min43s). Nessa discursividade, a mãe de Laerte se opõe à auto declaração da filha com relação ao gênero dela. Embora compreenda, ela a desvalida em detrimento do “saber verdadeiro” atribuído ao saber taxinômico biológico.

Considerando a analítica foucaultiana e butleriana, os contextos que trazem à tona o discurso científico nunca ocorrem isolados da vontade de comprovar uma verdade sobre os corpos, de uma tentativa de captura e reintegração à norma eleita, à biologia da reprodução que demarca a diferença sexual e o binarismo de gênero na matriz heterocentrada de mundo. Logo, o ideal científico é lembrado para evitar qualquer ambiguidade, fazendo coincidir, portanto, nascimento e atribuição sexual, atribuição sexual e afetividade, afetividade e gênero, gênero e masculinidade ou feminilidade, como se não fossem possíveis borramentos dessas fronteiras e ficções. Por outro lado, de acordo com Lua Lamberti (2019), a pessoa trans é aquela que atravessa essas linearidades culturais binárias, podendo desestabilizá-las; travestis pertencem às bordas, estão fora do centro de normalidade, quer esse normal seja biológico, quer seja social.

Segundo Preciado (2014), todas nós passamos por essa primeira mesa de operações performativa: “é uma menina!” ou “é um menino!”. O nome próprio e a genitalidade reiterarão constantemente essa interpelação performativa fundada na linguagem. Mas o processo não para aí. “Seus efeitos delimitam os órgãos e suas funções, sua utilização ‘normal’ ou ‘perversa’. A interpelação não é só performativa. Seus efeitos são prostéticos: faz corpos” (PRECIADO, 2014, p. 130). No entanto, o corpo travesti se contraporá a ideia de feitura de um corpo cartesiano, como essência, e ampliará a ideia de corpo sociológico apreendido durante a vida (LAMBERTI, 2019).

Expressões a reiterar o discurso biológico se desdobram em outros dois momentos, ainda na sequência da narrativa sobre a mãe. No primeiro, Laerte dispõem que, para sua mãe, “[...] ser mulher é parir. Foi a grande realização dela” (BRUM; SILVA, 2017, 8min50s - 9min02s). Nessa cena, Eliane Brum a questiona sobre como sua mãe a vê e a resposta é: “Acho que ela me vê em primeiro lugar como um filho que ela teve” (BRUM; SILVA, 2017, 8min48s - 09min51s).

Importa descrever que a narrativa fílmica é, nesse momento, entrecortada por uma sequência de fotografias da infância da cartunista sempre acompanhada de seus pais, enfatizando que uma dessas fotos se refere ao nascimento de Laerte, na sala de cirurgia de um hospital. É como se tais imagens sugerissem ao espectador que a mãe da cartunista as assumiria, supostamente, como justificativas de sua compreensão biologicista de

gênero, isto é, como se os olhos fossem encarregados de estabelecer “a verdade” do gênero a partir do primado da maternidade, logo o atestado de verdade para o exercício de uma mulheridade – mulher é quem dá à luz; esse é o signo a partir do qual sexo e gênero feminino se confundem e são tomados como uma mesma coisa, como um determinante para todos os exercícios de feminilidade.

A ordem só parece segura por se assentar sobre o duvidoso pressuposto de que o sexo existe fora da cultura e, conseqüentemente, por inscrevê-lo num domínio aparentemente estável e universal, o domínio da natureza. A ordem “funciona” como se os corpos carregassem uma essência, desde o nascimento; como se os corpos sexuais se constituíssem numa espécie de superfície pré-existente, anterior à cultura (LOURO, 2018, p. 75).

No entanto, um corpo em construção é sempre a dessencialização, pois não opera na lógica de um organismo natural ao qual não podemos nunca nos contrapor, mas nas perspectivas desmontáveis do artifício, da performatividade, dos atos políticos das transformações e reconhecimentos.

De acordo com Izabelli Gregio e Jefferson Campos (2020), o fato de essa cena enquadrar, em primeiro plano, a cartunista vestindo saia curta evidenciando as pernas cruzadas, adereços como pulseiras, colares bastante coloridos e esmalte vermelho nas unhas, ao passo que narra como foi ter sido um filho e, agora, reconhecer-se como filha, acentua o caráter social e performativo na construção das identidades de gênero, para os quais “[...] se reconhecer é uma prática que exercemos no decorrer de toda a nossa vida, em qualquer idade e fase, e que cada um tem o seu momento para sentir o que se sente com relação a identificação da nossa identidade” (GREGIO; CAMPOS, 2020, p. 67).

No segundo momento, Laerte retoma o assunto, dessa vez, para subverter o discurso determinista da biologia. Em sua inflexão, a cartunista desatina: “O que é ser mulher?” “Eu tenho aprendido que é possível ser mulher com a minha genitália, sim”. “É algo que eu venho me sentindo cada vez mais” (BRUM; SILVA, 2017, 10min35s - 10min41s). Laerte responde que tem aprendido como é ser uma mulher com pênis e testículos, com uma genitália com atributos diferentes da feminilidade esperada. Apesar de tal afirmação, o “confronto” ético com a linearidade proposta pela matriz de leitura sexo/gênero/desejo, conforme descrevemos a sequência das cenas, não é mostrado como finalizado por Laerte. A travesti, conforme lembra Jaqueline Gomes de Jesus (2012), é apontada como pertencente ao universo das feminilidades, mas questionada como mulher de fato, porque escapa do dualismo e da diferença sexual que separam mulheres e homens.

Para muitas, a intervenção cirúrgica ou hormonal não é uma exigência. Para outras, é preciso estar dentro da lógica sexo-gendrada. Essa é uma negociação que aparece posteriormente no documentário, nas cenas em que Laerte visita o cirurgião plástico, a fim de tirar dúvidas acerca da cirurgia de implantes de silicone, e nas indagações sobre sua genitália. Eliane Brum a questiona sobre o desejo de retirar alguma parte do corpo, ao passo que a cartunista responde que talvez removeria os testículos: “Eu tenho um certo desconforto com a minha bolsa escrotal. [...] É algo que eu não gosto muito de usar e nem de me deparar com. O pênis nem tanto” (BRUM; SILVA, 2017, 39min35s - 40min12s).

A cartunista finaliza esse bloco narrativo argumentando que jamais se deve deixar a materialidade do corpo em segundo plano, mas que o reconhecimento como mulher não pode se resumir apenas ao corpo. Essa ideia se consagra no enunciado: “Teu útero é o teu destino, esse tipo de coisa. E não é assim” (BRUM; SILVA, 2017, 9min54s - 9min59s). Laerte visibiliza a possibilidade de se reconhecer como mulher para além dos aspectos físicos e biológicos de sua genitalidade, recombina diversos signos no exercício de se montar, de tornar-se mulher: roupas, adereços, maquiagens, próteses, trejeitos, cabelos, saltos, etc. Nesse sentido, o enunciado da genitalidade proferido por Laerte evidencia tanto as discursividades que predominaram nas instituições sobre a definição sexual, a partir dos órgãos sexuais, quanto um desfazer-se de, um movimento de contestação e de vivência, montagem e desmontagem, que se ancora em outras possibilidades de ser mulher travesti, principalmente, naquela que reporta à sua identificação subjetiva, ao seu bem-estar consigo, ao seu traslado pessoal e ao confronto das narrativas primeiras inventadas para seu corpo.

Vale dizer que, no caso da mudança de sexo, as transformações impostas às pessoas transexuais são regidas por critérios estéticos padronizados e aceitáveis socialmente. Segundo Preciado (2014), muitas das faloplastias e vaginoplastias são realizadas em centros de cirurgia estética na busca de um ideário de beleza, aceitação e correspondência social sexo-gendrada; apenas recentemente, e diante da pressão das associações transexuais, intersexuais e transgêneras, esses critérios estéticos vêm sendo questionados.

Em “Laerte-se”, a figura do médico também aparece, mas com menor autoridade histórica (ao contrário dos tempos de Herculine/Alexina Barbin), pois ele é representado mais como um conselheiro do que como um (des)legitimador a apontar a irregularidade sexual no corpo de sua paciente. É uma figura profissional facilitadora das próteses de gênero (PRECIADO, 2014), procurada pela própria Laerte que, segundo a narrativa

fílmica, encontra-se, nesse momento, vivenciando o dilema de implantar ou não as próteses de silicone nos seios.

As impressões ou mesmo as ausências de dúvidas em relação à genitalidade não encontram o mesmo paralelo com as próteses nas cenas de interação com o médico, pois Laerte negocia, em várias passagens, o par de seios como chancela na sua construção de gênero. Ainda no consultório médico, ela anuncia: “O que quer dizer exatamente sobre ter esse implante no meu corpo? [...] Por que eu preciso de um peito?” (BRUM; SILVA, 2017, 35min45seg - 36min37s). Laerte questiona, mas hibridiza ainda mais seu corpo ao cogitar a presença de seios e pênis ou a presença de pênis sem testículo ou de um corpo de mulher sem seios e, com isso, borra o estatuto fixo das masculinidades e feminilidades ao desmontar o primado dos chamados caracteres sexuais corporais.

Nesse ponto do documentário, fica evidente a legitimidade identitária concedida pela cartunista ao uso das próteses. O dilema em torno da cirurgia adere-se a um dilema mais amplo acerca do que as próteses passaram a representar historicamente. De acordo com Preciado (2014), as tecnologias prostéticas têm uma história controversa, haja vista a multiplicidade de seus efeitos, pois, ao mesmo tempo em que podem minimizar o trauma nos casos de mutilações sexuais, podem ameaçar a posição natural de poder do homem na família, na indústria e na nação. A tônica em torno delas é a de que se o corpo pode ser prosteticamente construído, também pode, em teoria, ser destruído, deslocado e substituído.

Para Preciado (2014), o interessante, do ponto de vista contrassexual, é esse desejo do instrumento de se tornar consciente e, com isso, incorporar-se à memória do corpo numa aposta que rompe com o modelo mecânico, para o qual a prótese teria simplesmente a função de substituir algum membro perdido.

Torna-se difícil, nesses tempos e condições provisórias, continuar insistindo na concepção do “verdadeiro sexo”. Essa abertura, contudo, deixa de ser contrassexual e favorece a lógica heteronormativa, quando “adaptamos” as próteses ao regime sexista, isto é, para ser mulher é necessário ter seios (daí as próteses de silicone); enquanto os homens devem portar membros avantajados (também favorecidos pela via médica) e apresentar barba (atualmente, uma grande aposta de indústria farmacológica e hormonal).

Após esse ato, voltamos a uma cena em que Laerte gargalha ao anunciar que está se debatendo com quatro verbos: querer, poder, precisar e dever. É interessante demonstrar a gradação entre essas ações: enquanto o ‘querer’ diz respeito a uma prática de si mesma, orientada por um desejo de possuir, o ‘dever’, no extremo oposto, diz

respeito a uma negociação entre ela mesma e as práticas de conduta impostas por outrem, nesse caso, os saberes institucionais médico-jurídicos, que também podem vir expressos na opinião alheia (enunciado a seguir). Durante esses insights, em que a cartunista “pensa em voz alta”, ela acaba por confessar: “Eu não preciso, eu existo sem peito. Agora eu quero. Mas, recentemente eu posso, eu tenho meios para isso. Muito bem. E o devo? O devo é uma questão muito perturbadora, porque ela diz respeito ao olhar dos outros” (BRUM; SILVA, 2017, 50min40s - 51min44s).

Por fim, importa mencionar que a vida de Laerte não apenas põe à prova o sistema sexo-gênero como também o desejo, tendo em vista que o sistema sexo-gênero-desejo pressupõe a heterossexualidade (BUTLER, 2016). Na narrativa fílmica, seria esperado, via tal sistema, que a cartunista expressasse seu desejo heterossexual (por homens), porque se autodeclara mulher. Contudo, é um relacionamento homossexual que aparece enunciado em uma de suas falas. Descrito como um relacionamento interessante, segundo a própria Laerte, a amante mulher e lesbiana “[...] se interessou pela mulher que eu sou” (BRUM; SILVA, 2017, 56min15s – 56min30s). Com essa fala, Laerte não apenas subverteu o sistema linearizante sexo-gênero, mas toda a matriz de leitura (sexo-gênero-desejo), uma vez que declara não se limitar à heterossexualidade compulsória como um dos efeitos do dispositivo da sexualidade e da sociedade da norma.

Vale destacar que Laerte não muda seu nome. Muda as flexões para seu nome, ou seja, não apaga sua história, as outras Laertes vivenciadas como homem ou como travesti. Laerte não faz a coerência jurídica e semântica do gênero; ela é um corpo a ser inscrito, um nome que congrega outros nomes e vivências para além das grafias e nomeações oficiais. Em tom de brincadeira, chega a lembrar-se de uma primeira dama com o mesmo nome e nos lembra de que as denominações são antes ficções e precisam ser descoladas de um destino predeterminado para as pessoas.

A vida como obra de arte em “Laerte-se”

A vida como obra de arte reporta-se à ideia de estéticas da existência: modos e práticas de liberdade afirmativas da vida e com as quais pensamos as tecnologias de objetificação e dominação para negociarmos e avançarmos com nossas subjetividades.

Para tratar da noção de estética da existência, no âmbito das expressões de gênero, é fundamental resgatar a questão de que o dispositivo de sexualidade ocidental não tem totalidade em sua eficácia, pois “[...] os corpos não se conformam, nunca completamente,

às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 2016, p. 54). Se as relações de poder passam materialmente pelos corpos, produzindo-os e, portanto, alterando-os, por meio das táticas de poder objetivadoras e totalizantes, também pelo corpo investem-se as contra condutas (des)institucionalizadas, ou seja, quando o poder é exercido sobre nosso corpo, “[...] emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder” (FOUCAULT, 2015, p. 146).

Em meados da década de 1980, Foucault (2014d) já questionava os limites das políticas identitárias nas lutas por liberação sexual. Não se trata da exclusão pura e simples da identidade, mas, sim, de evitá-la como regra ética universal. Ponderava ele:

[...] se a identidade é somente um jogo, se ela é somente um procedimento para favorecer relações [...] ela é útil. Mas, se a identidade se torna o problema maior da existência sexual, se as pessoas pensam que devem “desvendar” sua “identidade própria” e que essa identidade deve tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência; se a questão que elas apresentam perpetuamente é: “Essa coisa é conforme à minha identidade?”, então penso que elas voltarão a uma espécie de ética muito próxima da virilidade heterossexual tradicional. Se devemos nos situar em relação à questão da identidade, deve ser enquanto somos seres únicos. Mas as relações que devemos manter com nós mesmos não são relações de identidade; elas devem ser, antes, relações de diferenciação, de criação, de inovação (FOUCAULT, 2014d, p. 255).

Na mesma entrevista, ao ser questionado acerca do que pensava sobre as implicações práticas nas políticas do desejo no movimento homossexual, o filósofo francês opina que “[...] o movimento precisa mais, hoje, de uma arte de viver do que uma ciência ou de um conhecimento científico do que é a sexualidade” (FOUCAULT, 2014d, p. 251). Com isso, há uma crítica aos blocos de saber ensejados pela *scientia sexualis*, característica das sociedades ocidentais, mas também há uma provocação acerca dos modos de ser e de exercer a liberdade que gozamos no mundo, inclusive aquelas expressas por meio da materialidade de nossos corpos. São formas diferentes de encampar as lutas contra as formas de sujeição das relações de poder que cristalizam posições de sujeito (FOUCAULT, 2013b).

No âmbito da estética da existência, a materialidade fílmica de “Laerte-se” (2017) contribui para o entendimento de que:

A sexualidade é algo que nós criamos nós mesmos – ela é nossa própria criação, muito mais do que a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Devemos compreender que, com nossos desejos, através deles, se instauram novas formas de relações, novas formas de amor e novas

formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de chegar a uma vida criadora (FOUCAULT, 2014d, p. 251).

A vida como criação de “mulheridades” outras, inseparáveis de processos de negociações pessoais, sociais, culturais, emerge na trama documental em enunciados como: “Ai, você quer ser mulher, mas você não sabe nem [pausa] não depilou o sovaco. Aí tá, depila o sovaco. Ah, você quer ser mulher, mas você não sabe se sentar [...] São, de certa forma, são uma língua” (BRUM; SILVA, 2017, 8min24s - 8min51s) e “Estou descobrindo dentro do que existe no universo das coisas oferecidas para a mulher aquilo que me serve, aquilo que me cai, aquilo que me expressa, né?” (BRUM; SILVA, 2017, 8min58s - 9min7s). Aqui vemos Laerte negociando com e contestando os signos, valores e condutas inventadas por e para as pessoas cisheterossexuadas; para sua identidade travesti vale, no entanto, tomar de empréstimo aquilo que lhe interessa para dimensionar seu modo de ser outra, para um cuidado de si. A ética da existência trans em Laerte surge, portanto, do reconhecimento político de si.

As perguntas feitas sobre ser mulher pela e para a própria cartunista, mais a si mesma do que à sua interlocutora, não podem ser lidas, nessa perspectiva, como elementos constitutivos de uma estética da existência? Ao desafiar a lógica binária moderna de masculino e feminino atrelada à configuração de como o corpo deveria obedecer a essa lógica dualista, Laerte não inventa uma maneira de experienciar sua própria expressão de gênero? Um modo de ser mulher para si mesma? Ao tensionar os essencialismos da lógica binária de gênero e sexo, efeitos do dispositivo de sexualidade, não estaria a cartunista em consonância com Foucault e sua indagação sobre: “devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente como identidade, mas como força criadora”? (FOUCAULT, 2014d, p. 252).

Nessa empreitada de afirmar-se, também analisamos que alguns elementos da estética da existência construída por Laerte se valem da crítica contrassexual. A contrassexualidade, num movimento ético-estético, denuncia as atuais políticas psiquiátricas, médicas e jurídicas, bem como os procedimentos administrativos que se referem à mudança de sexo:

A contrassexualidade denuncia a proibição de mudar de gênero (e nome), assim como a obrigação de toda mudança de gênero precisar ser acompanhada de uma mudança de sexo (hormonal e cirúrgica). A contrassexualidade denuncia o controle atual das práticas transexuais pelas instituições públicas e privadas de caráter heteronormativo, uma vez que estas impõem a mudança de sexo de acordo com modelos

anatômico-políticos fixos de masculinidade e feminilidade. (PRECIADO, 2014, p. 39).

Importa sublinhar que, ao término do documentário, Laerte ainda sustenta uma materialidade corporal destituída das próteses de silicone. O desfecho da trama se consagra numa cena em que Laerte se debruça sobre uma pintura à tinta fresca, num corte ampliado de câmera, de modo que percebemos que a pintura representa os contornos de outra corporeidade transexual que lhe serve de modelo. Enquanto a artista acentua os contornos da corporeidade, afirma: “A gente está sempre em processos de mudança” (BRUM; SILVA, 2017, 1h35min03s).

Considerações Finais

Numa análise foucaultiana e feminista de domínio ético, buscamos visibilizar que em “Laerte-se” o corpo não é esquecido, tampouco dita, por si, aquilo que se é, um destino final ou uma maneira cristalizada de ser pessoa. É no corpo dos indivíduos que o poder encontra solo móvel e concreto sobre o qual vem se ancorar. Algo já abordado por Foucault da seguinte forma: “[...] as relações de poder podem passar materialmente na própria espessura dos corpos sem ter de ser substituídas pela representação dos sujeitos” (FOUCAULT, 2014e, p. 38). Nessa perspectiva, não se nega que o corpo é materialidade por meio da qual se expressam táticas objetivadoras médico-legais; mas, também não precisa resumi-lo a uma compreensão biológica fatalista ancorada na genitalidade como correspondente ou indicadora do gênero das pessoas.

Na última cena, ao ser questionada por Eliane Brum se ela acredita que o corpo fica resolvido ou completo, ela escancara a impossibilidade peremptória da carne de uma vez por todas: “Ah, boa parte. Eu acho que dificilmente um corpo está resolvido para todo o sempre” (BRUM; SILVA, 2017, 63min31s). Ao negociar com o dispositivo de sexualidade, a norma binária da modernidade e a chave de leitura linearizante, sexo-gênero-desejo, a cartunista coloca em evidência um sujeito de práticas incessantes e nunca finalizadas.

Nos processos de negociação, o corpo é politizado e também feito pela contraconduta e pela resistência às táticas objetivadoras do sujeito.

É nesse sentido que lemos o documentário “Laerte-se” e compreendemos sua materialidade fílmica como uma possibilidade pedagógica ou como algo semelhante a uma ética da existência, uma estética travesti que pode ser problematizada, ensinada e

aprendida, com o intuito de romper com o *télos* cisheterocentrado do corpo e de compreender o aspecto artificial e transitório de nossos gêneros.

Referências

ANDRADE, Paula Deporte; COSTA, Marisa Vorraber. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. **Textura**, Canoas, v. 17, n.34, p.48-63, mai./ago. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Diversidade**: jurisprudência do STF e bibliografia temática. Brasília: STF/Secretaria de Documentação, 2020. 188 p.

BRUM, Eliane; SILVA, Lygia Barbosa da. **Laerte-se**. Brasil: [s. n.], 2017. Documentário. Português, (1h41min).

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001. 144 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 288 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 80 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a. 264 p.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. O ocidente e a verdade do sexo. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 01-06.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014b. 176 p.

FOUCAULT, Michel. O misterioso hermafrodita. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c. p. 86-87.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014d. p. 251-263.

FOUCAULT, Michel. As relações de poder passam para o interior dos corpos. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014e. p. 35-43.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 432 p.

FOUCAULT, Michel. O verdadeiro sexo. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. p. 81-90.

GREGIO, Isabeli Batista; CAMPOS, Jefferson. Ser e também ser eis a questão: uma análise discursiva da identidade de gênero no filme documentário *Laerte-se*. In: FRANCESCHINI, Marcele Aires; CAMPOS, Jefferson; CAMARGO, Hertz Wendell de (orgs.). **Imagens, discursos e textualidades culturais**. Londrina: Syntagma Editores, 2020. p. 142-159.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN, 2012. 42 p.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Feminismo e identidade de gênero**: elementos para a construção da teoria transfeminista. 2013. Disponível em: <<https://bitly.com/pXVMs>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LAMBERTI, Lua de Abreu. **Pe-drag-ogia como modo de tensionar / inventar / territórios educacionais heterotópicos**. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação / UEM. Maringá: PPE, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 112 p.

PRECIADO, (Paul) Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 edições, 2014. 224 p.

Recebido em abril de 2021.
Aprovado em junho de 2021.